

PROVIDÊNCIA E ORAÇÃO

Rev. Paulo Ribeiro Fontes

Ao lidar com os temas “providência” e “oração”, estaremos lidando com assuntos que envolvem grandes e profundos mistérios que estão além da nossa capacidade de compreensão. A doutrina da Providência diz respeito às *opera ad extra*¹ de Deus e, desta forma, o seu agir é focalizado no estudo da doutrina da Providência. E segundo as Escrituras, não apenas o ser interior de Deus, mas também o seu agir é incompreensível. Portanto não devemos ter a pretensão de entender todos os mistérios envolvidos nos atos providencias de Deus. Como Paulo precisamos entender que o Ser de Deus e o seu agir são inescrutáveis: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem conheceu a mente do Senhor?” (Romanos 11.33,34). Os caminhos do Senhor são inescrutáveis; isto é, o seu agir é incompreensível. Ele “faz grandes coisas que nós não compreendemos” (Jó 37.5).

De igual modo, a prática da oração envolve também mistérios insondáveis. Pois qualquer que seja o nosso entendimento sobre oração, o Ser de Deus e o seu agir estarão envolvidos. “A oração é tanto uma atitude como é um ato, um ato humano; todavia há também o elemento divino, e é isso que nos impossibilita uma análise exaustiva, o que, aliás, seria irreverente tentativa”².

Por isso, sem a pretensão de compreender, em todos os seus aspectos, a relação existente entre a providência divina e a prática da oração, no presente trabalho de pesquisa procuraremos mostrar que, embora a relação existente entre a doutrina da Providência e a prática da oração seja envolta em grandes mistérios, a doutrina da Providência não torna sem sentido a prática da oração.

I - A PROVIDÊNCIA E OS DECRETOS DE DEUS: Para compreendermos mais claramente a relação existente entre a doutrina bíblica da providência e a prática da oração, precisamos entender a relação existente entre a providência e os decretos de Deus. Portanto, este será o nosso objetivo no presente capítulo.

É convicção da Fé Reformada que “desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteradamente tudo quanto

¹ São atos externos de Deus. Aqueles executados fora do ser divino.

² A.W.Pink, *Deus é Soberano* (Atibaia-SP: Editora Fiel, 1977), 134

acontece.”³ Assim, desde toda eternidade, Deus teve um plano imutável que compreende e determina todas as coisas e eventos de toda espécie que venham acontecer. Mas a Fé Reformada está convicta também de que o Deus que decretou, na eternidade, todas as coisas e eventos de toda espécie, executa, no tempo, pela sua providência, inexoravelmente, tudo que Ele decretou. João Calvino afirma que “Deus como senhor e governador de tudo, conforme a sua sabedoria, determinou desde a eternidade o que haveria de fazer e, agora, por seu poder executa o que decretou”⁴ Este foi também o entendimento dos teólogos de Westminster, que ensinaram que Deus “dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas, desde a maior até à menor”⁵, e que Deus faz isto segundo “o livre e imutável conselho de sua própria vontade”⁶. A. A. Hodge, comentando este ensino da Confissão de Fé de Westminster, afirma que o providencial controle de Deus, sobre todas as coisas, “é em todos os aspectos a consistente execução, no tempo, de seu eterno, imutável e soberano propósito”⁷. Neste aspecto também, a teologia reformada expressa o ensino claro das Escrituras que dizem que Deus “faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Efésios 1.11). O Deus da Bíblia não é, como crêem os deístas, um mero observador da história, mas o senhor e governante da mesma. Deus não criou o mundo, como um fabricante de relógios, e deu cordas nele e se afastou, de tal forma, que o mundo funciona autonomamente como uma máquina. “A doutrina da providência nos diz que o universo, bem como tudo quanto nele existe, é como um grande navio que está sendo pilotado dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, segundo a segundo, por Deus mesmo.”⁸ Na cosmovisão bíblica reformada o mundo não é governado por leis impessoais, mas pelo próprio Deus. É disto que fala a sabedoria bíblica ao afirmar que “o coração do homem pode fazer planos, mas a resposta certa dos lábios vem do Senhor... O coração do homem traça o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos.”(Provérbios 16.1,9)

Assim, a relação existente entre os decretos de Deus e a sua providência é que pelos seus decretos eternos Deus determinou de antemão tudo que acontece; e pela sua providência Ele participa dos eventos de tal forma que as coisas acontecem exatamente como foi planejado por Ele. Não há acasos, não há imprevistos e nem improvisos para Deus.

Exatamente neste ponto é que se encontra a dificuldade com a qual estamos lidando: se todas as coisas acontecem inevitavelmente como foram previamente decretadas por Deus desde a eternidade, a prática da oração não ficaria, por isso, despida de todo e qualquer significado? Como já afirmamos, no presente trabalho procuraremos mostrar que a resposta é: não.

³ Confissão de Fé de Westminster-III.1

⁴ João Calvino, Institutas, I, XVI, 8

⁵ Confissão de Fé de Westminster-V-I

⁶ Ibid

⁷ A.A. Hodge, Confissão de Fé Westminster comentada, (São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999), 132,135

⁸ Martyn Lloyd-Jones, Grandes Doutrina Bíblicas –Deus o Pai, Deus o Filho, (São Paulo, PES: 1997), 187

II - EQUÍVOCOS A SEREM EVITADOS: A conclusão equivocada de que a doutrina da Providência deixa a prática da oração desprovida de significado, se deve muitas vezes às crenças populares acerca da oração. Tais crenças sobre a oração estão normalmente alicerçadas em equívocos acerca da pessoa de Deus e do seu agir, que precisam ser evitados, tais como:

1) **A oração não tem como finalidade proporcionar informações à Deus:** É ensino claro das Escrituras que o conhecimento que Deus tem “de si mesmo e de todas as coisas possíveis e reais... é caracterizado por absoluta perfeição”⁹. Ou seja, o conhecimento de Deus é abrangente, infinito e exaustivo. “Não há criatura que não seja manifesta; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas” (Hebreus 4.13). Assim não há absolutamente nada que escape ao conhecimento de Deus; nada existe que Deus não saiba ou não conheça. Esta é a convicção do salmista que pergunta: “Para onde me ausentarei do teu Espírito? Para onde fugirei da tua face?” (Salmo 139.7). Se assim é o conhecimento de Deus, nenhuma necessidade há de que nós sejamos seus informantes. Com certeza assim cria o salmista que diz: “Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda.” (Salmo 139.4). O Senhor Jesus também ensinou claramente que o nosso “Pai celeste sabe o de que temos necessidade antes que lho peçamos” (Mateus 6.8). A conclusão óbvia, portanto, é que a oração não é uma meio através do qual nós, ignorantes mortais, fornecemos informações ao todo onisciente Deus. Sobre isto afirmou com propriedade Arthur W. Pink:

“A finalidade da oração é expressar a Deus o nosso reconhecimento de que ele sabe o de que temos necessidade. A oração jamais se destinou a proporcionar a Deus o conhecimento daquilo de que precisamos; antes visa a ser o meio de lhe confessarmos o nosso senso da necessidade que temos”¹⁰

2) **A oração não tem como finalidade alterar os desígnios de Deus:** As crenças populares a respeito da prática da oração, inclusive no meio evangélico, carecem de uma melhor compreensão do ser de Deus, como revelado nas Escrituras. O Senhor Deus se revela nas Escrituras como imutável não apenas em seu ser, mas também em seus decretos.

“Os decretos são as resoluções que o Senhor Deus toma (na eternidade) a fim de que sejam cumpridas ou realizadas na história do mundo. Ele decreta todos os acontecimento, grandes ou pequenos, sejam diretamente relacionados com a história

⁹ L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, (Grand Rapids: TELL, 1983), 77 (minha tradução do espanhol)

¹⁰ A.W.Pink, *Deus é Soberano*, 128

da redenção ou não. Tudo o que acontece em nosso mundo, e em nossa vida pessoal é produto da vontade decretiva de Deus que é imutável.”¹¹

Não há dúvidas de que tal afirmação do Dr. Heber Carlos de Campos reflete o ensino das Escrituras que dizem: “Mas se ele resolveu alguma coisa, quem o pode dissuadir? O que ele deseja, isso ele fará.” (Jó 23.13); e ainda “Muitos propósitos há no coração do homem, mas o desígnio do Senhor permanecerá”(Provérbios 19.21). Esta imutabilidade dos desígnios de Deus é afirmada também pelo Profeta Isaias que diz “Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem pois o invalidará? A sua mão está estendida; quem, pois, o fará voltar atrás?” (Isaias 14.27). Se Deus é quem ele afirma ser: imutável em seu ser e em seus desígnios, a oração não pode ter como finalidade mudar os desígnios imutáveis do Deus imutável. Além disso, esta crença na mutabilidade dos desígnios de Deus, pela oração de seus filhos, agride frontalmente o atributo da sabedoria divina. Ao tratar das características do decreto divino, Louis Berkhof afirma que tal decreto, ou seja, a vontade e os desígnios de Deus estão “fundamentados na sabedoria divina”¹². Sendo a sabedoria um atributo essencial em Deus, ele não pode agir a não ser de forma infinitamente sábia. Assim tudo o que Deus decretou na eternidade, o fez de forma infinitamente sábia, como afirma o salmista: “Que variedade, Senhor, nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste.” (Sl 104.24). Aceitar a possibilidade de mudanças nos desígnios de Deus é aceitar o fato de que Deus não tenha sido sábio ao decretar todas as coisas e, portanto, precisa alterar os seus designios para melhor; ou aceitar o fato de que Deus deixa de ser sábio ao mudar o seus sábios designios para pior, pela influência das orações de míseros mortais. Ambas as possibilidades são absurdas, impossíveis e desonram o Senhor nosso Deus. “Quem foi o conselheiro do Senhor?” (Romanos 11.34), pergunta o apóstolo, deixando claro que nunca houve, que não há e nem haverá quem possa dar conselhos à Deus. Desta forma a vontade de Deus não pode ser alterada pelos nossos clamores.

III - O USO DE CAUSAS SECUNDÁRIAS: Um aspecto da doutrina da Providência que, se entendido corretamente, muito nos ajudará a perceber que a referida doutrina não tira o significado da prática da oração, é compreender que Deus opera providencialmente, também, através de causas secundárias.

No extremo oposto ao deísmo, que crê que Deus criou o mundo e se afastou dele, está o ponto de vista conhecido como “monismo ético”, segundo o qual “tudo o que acontece é resultado da intervenção imediata de Deus... não existe nenhuma causa secundária”¹³ Contrariamente ao monismo ético, a teologia reformada ensina que Deus usa as suas criaturas como instrumentos na execução do seu plano. João Calvino, por exemplo,

¹¹ Heber Carlos de Campos, *O Ser de Deus e os seus atributos*, (São Paulo, Cultura Cristã, 1999), 184

¹² L. Berkhof, 121 (tradução minha)

¹³ R.C. Sproul, *Boa Pergunta!*, (São Paulo, Cultura Cristã: 1999) , 12

ensinou claramente que a providência também opera através de meios e causas secundárias, quando escreveu: “Por isso, a alma do cristão, tendo por coisa certíssima que nada acontece por acaso, senão que tudo acontece por providência e ordenação de Deus, colocará sempre seus olhos nEle, como a causa principal de todas as coisas, sem deixar contudo, por isso, de estimar e outorgar o devido valor às causas inferiores”¹⁴ Este também foi o ensino dos teólogos de Westminster, conforme registro na Confissão de Fé: “Na sua providência ordinária, Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu beneplácito.”¹⁵ Desta forma, Deus ordinariamente efetua seus propósitos através de meios; isto é, através da agência de causas secundárias sujeitas ao seu controle.

Estas causas secundárias usadas por Deus para a execução de seus decretos podem ser os seres angelicais (Salmo 91.11-12), os seres humanos em geral (Daniel 4.35), os seres irracionais (1 Reis 17.1-7) e os fenômenos da natureza (Atos 16.26). Tais criaturas são, portanto, instrumentos que Deus usa para a realização de suas obras providenciais.

É também convicção da teologia reformada que Deus usa tais causas secundárias “conforme a natureza”¹⁶ de cada uma delas. A maneira pela qual Deus controla e dirige as ações de suas criaturas é perfeitamente consistente com a natureza delas. Assim os agentes livres que Deus usa em suas obras providenciais, continuam sendo livres e, portanto, responsáveis. Os homens e os anjos, como causas secundárias, cumprem livre e voluntariamente os propósitos eternos de Deus.

Para entendermos como tal coisa é possível, precisamos, antes de tudo, entender o significado do termo “coração” nas Escrituras. O termo “coração” pode ser usado na Bíblia no sentido literal, como significando o músculo que pulsa dentro de nossa caixa torácica, bombeando o sangue para a irrigação do nosso corpo. Exemplo disto é o Salmo 38.10. Mas o uso mais comum deste termo na Bíblia é no sentido figurado. O termo “coração”, neste caso, é uma forma metafórica de se referir à disposição governante da alma. Segundo a antropologia bíblica, as faculdades da alma não são autônomas, mas são governadas pelo que a Bíblia chama de “coração”. Há uma disposição governante das nossas faculdades intelectual, emotiva e volitiva. Portanto, segundo a Bíblia, o nosso pensar, o nosso sentir e o nosso agir não são autônomos, mas são controlados pelo coração. É por isso que a Bíblia fala do coração como sede do conhecimento (1 Reis 2.44; Eclesiastes 1.16), das emoções (Deuteronômio 28.47) e dos desejos (Isaias 57.17; Êxodo 36.2). É disto que o sábio falou quando afirmou que “do coração procedem as fontes da vida” (Provérbios 4.32). E como Deus tem o poder de controlar os corações dos homens, Ele os inclina (Provérbios 21.1) para que estes homens cumpram os seus decretos. E tais homens, cujos corações são inclinados por Deus, agem livremente, pois agem de acordo com as disposições dos seus próprios corações, sem nenhum constrangimento externo e sem que a sua natureza seja

¹⁴ João Calvino, Institutas, I, XVII, 6.

¹⁵ Confissão de Fé de Westminster, V.- III

¹⁶ Idem, V, - II

violentada. O homem não faz nada contrário à sua vontade. Ele faz exatamente a vontade do seu coração. Mas como Deus inclina os corações, os homens, voluntária e responsabilmente, cumprem os propósitos de Deus. Além disto, como o coração é uma esfera onde só Deus tem acesso (1 Reis 8.39; Provérbios 15.11; Jeremias 17.9,10), a obra de Deus no coração do homem é imperceptível, os homens, sobretudo os ímpios, cumprem os propósitos de Deus sem o saber.

Desta forma, ao executar no tempo e no espaço os seus decretos eternos, Deus o faz, muitas vezes, através do uso de causas secundárias.

IV - A ORAÇÃO COMO CAUSA SECUNDÁRIA: Como vimos, a oração não tem como finalidade alterar os desígnios de Deus, que são imutáveis, não podem ser frustrados e que, portanto, cumprem-se inevitavelmente. Neste capítulo nós veremos que de fato, a finalidade da oração é para que os desígnios de Deus sejam cumpridos.

Jesus ensinou claramente que ao orarmos devemos pedir “faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mateus 6.10). Então, segundo o ensino do Senhor Jesus a oração é para que a vontade de Deus seja feita na terra e não para que a vontade do homem seja feita no céu. E este ensino se confirma na prática de Jesus que nos deu o exemplo quando orou: “Pai, se queres, passa de mim este cálice; contudo não se faça a minha vontade, e, sim, a tua” (Lucas 22.42). Assim, para Jesus, a oração não é um meio através do qual o homem coloca Deus à seu serviço, mas um meio através do qual o homem se submete à vontade soberana de Deus. A finalidade da oração é ser um meio através do qual Deus cumpre os seus desígnios. Deus, soberana e livremente, decretou de antemão que certas coisas vão acontecer, mas também decretou que tais coisas acontecerão através dos meios que ele mesmo determinou para levá-las à efeito. É como acertadamente ensinou A.W. Pink: “o mesmo Deus que decretou o fim também decretou que suas finalidades sejam alcançadas pelos meios que ele mesmo determinou; e um desses meios é a oração”¹⁷

Vejamos alguns exemplos bíblicos que comprovam esta verdade. Depois de manifestar a sua ira contra Israel, retendo as chuvas, Deus revelou à Elias que voltaria a dar chuvas sobre a terra: “Muito tempo depois, veio a palavra do Senhor a Elias, no terceiro ano, dizendo: Vai, apresenta-te a Acabe, porque darei chuva sobre a terra.” (1 Reis 18.1). Desta forma, Deus, livre e soberanamente, determinou que as chuvas voltariam a cair sobre Israel. Mas, através de Tiago, o Espírito nos revela que o meio que Deus usou para que tal coisa acontecesse foram as orações de Elias: “E (Elias) orou, de novo, e o céu deu chuva, e a terra fez germinar seus frutos.” (Tiago 5.18).

Nabucodonozor cercava a cidade de Jerusalém e o profeta Jeremias estava preso no pátio da guarda, na casa do Rei Zedequias. Jeremias era considerado inimigo da cidade e pró-Babilônia, pois havia profetizado que a cidade não seria poupada (Jeremias 32.1-4). Deus determinou que Jeremias comprasse um campo em Anatote, na terra de Benjamim

¹⁷ A.W.Pink, *Deus é Soberano*, 128

(Jeremias 32.6-10). O Profeta obedeceu, mas ficou sem entender porque comprar um imóvel numa terra condenada à destruição. Deus, contudo, fez Jeremias entender que aquela transação era de fato uma parábola que dizia que, embora a cidade fosse destruída, por causa da Aliança, ela seria reedificada (Jeremias 32.26-44). E é exatamente neste contexto de promessa de restauração para a cidade de Jerusalém que Deus diz à Jeremias:

“Invoca-me , e te responderei; anunciar-te-ei coisas grandes e ocultas, que não sabes. Porque assim diz o Senhor, o Deus de Israel, a respeito das casas desta cidade e das casas dos reis de Judá, que foram derribadas... eis que lhe trarei a ela saúde e cura e os sararei; e lhes revelarei abundância de paz e segurança. Restaurarei a sorte de Judá e de Israel e os edificarei como no princípio.” (Jeremias 33.3,4,6,7).

Deus, livre e soberanamente, havia determinado que, depois da visitação da sua ira sobre Jerusalém, a cidade seria restaurada. E no entanto, o próprio Deus, diz a Jeremias: “Invoca-me” à respeito. Isto mostra-nos que as orações que pedem a execução das coisas que Deus já decretou de antemão não são destituídas de significado. Deus havia decretado que faria grandes coisas na vida daquela cidade e, por razões que desconhecemos, decretou também que faria tais coisas respondendo as orações.

Daniel, no exílio, entendeu, pelos escritos de Jeremias, que o tempo das assolações de Jerusalém seria de setenta anos (Daniel 9.2). Sabendo que a causa do exílio era o pecado da nação e que o fim do mesmo já estava decretado por Deus, Daniel ora a respeito, pedindo perdão e o fim do exílio:

“Orei ao Senhor, meu Deus, confessei e disse: ... temos pecado e cometido iniquidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, apartando-nos dos teus mandamentos e dos teus juízos; ... Por isso, o Senhor cuidou em trazer sobre nós o mal e o fez vir sobre nós; pois justo é o Senhor, nosso Deus, em todas as suas obras que faz, pois não obedecemos à sua voz... Ó Senhor, segundo todas as tuas justiças, aparte-se a tua ira e o teu furor da tua cidade de Jerusalém... Inclina, o Deus meu, os ouvidos e ouve, abre os olhos e olha para a nossa desolação e para a cidade que é chamada pelo teu nome.” (Daniel 9.4,5,14,16 e 18).

Assim, a oração de Daniel foi para que os decretos de Deus se cumprissem na história.

Se observarmos o exemplo do Senhor Jesus, mais uma vez ficará claro que não é sem sentido orar para que Deus cumpra os seus desígnios. Jesus sabia que a vontade do Pai é que nenhum dos seus eleitos se perca (João 6.39). E no entanto orou para que o Pai os guardasse (João 17.11). Assim o Senhor Jesus orou para que o Pai cumprisse o que decretou, ou para que aquilo que é a vontade do Pai fosse feito. De igual forma o Apóstolo Paulo, na Primeira Epístola à Timóteo, afirma que Deus deseja que todos os homens, sem distinção, sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade (2 Timóteo 2.4) e, ao

mesmo tempo, diz que este fato é a razão pela qual se deve fazer intercessões por todos os homens, sem distinção (2 Timóteo 2.1).

Além disso, temos revelação clara de que o estabelecimento do Reino de Deus é parte de seus decretos eternos. Paulo, por exemplo, afirma que o Senhor Jesus reinará até que tenha destruído todo principado, potestade e poder, quando então o Reino será entregue pelo Filho ao Pai, para que o Pai seja tudo em todos (1 Coríntios 15.20-28). E, no entanto, o Senhor Jesus disse que deveríamos orar, dizendo: “Venha o teu Reino” (Mateus 6.10).

Embora as Escrituras não esclareçam todos os mistérios que envolvem a questão em pauta, elas deixam claro que o Deus soberano, que tem planejado todas as coisas do começo ao fim, “tem ordenado o seu plano de tal modo que as orações dos santos são um dos maiores meios que ele usa para realizar seu objetivo final”¹⁸. Então o fato de que Deus está governando a história livre e soberanamente e a prática da oração, não são apresentados como fatos contraditórios, mas em perfeita, maravilhosa e misteriosa harmonia. As Escrituras nos ensinam a orar para que os eternos decretos de Deus se cumpram na história, glorificando, desse modo, o nome santo do Senhor. Ao nos convidar a orar, as Escrituras estão de fato nos convidando para participarmos da execução dos propósitos de Deus na história, como causas secundárias.

V - A EFICÁCIA DA ORAÇÃO: No ponto anterior vimos que a oração é uma causa secundária na execução dos propósitos de Deus. No presente ponto enfatizaremos o fato de que, embora secundária, a oração é uma *causa*, e isto implica em eficácia em algum nível. Aliás, este é o ensino claro de Tiago que diz:

“ Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros da igreja, e estes façam oração sobre ele, unguendo-o com óleo em nome do Senhor. E a oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o levantará; e, se houver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados. Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros, para serdes curados. Muito pode, por sua eficácia, a súplica do justo.” (Tiago 5.14-16).

Notemos que embora Tiago diga que o Senhor é a causa primária da cura do enfermo: “o Senhor o levantará”; ele fala também da oração como causa da cura: “a oração da fé salvará o enfermo”. Tiago diz ainda que a súplica do justo tem muito poder e eficácia. Obviamente o que oração faz é manifestar o poder de Deus. Contudo, como vimos, Deus usa as causas secundárias conforme a natureza de cada uma delas. A maneira pela qual Deus controla e dirige as ações de suas criaturas é perfeitamente consistente com a natureza delas. Assim os agentes livres que Deus usa em suas obras providenciais, continuam sendo livres e, portanto, responsáveis. Desse modo, na prática da oração, mesmo

¹⁸ Douglas F. Kalley, *Se Deus já sabe, Por que Orar?*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1996), 67

debaixo da soberania de Deus, agimos livre e voluntariamente. A prática da oração não se torna uma farsa, por causa do governo providencial e soberano de Deus. Nós de fato oramos de maneira genuína, e Deus opera em resposta às orações do seu povo. Embora a oração seja um meio através do qual Deus cumpre os seus propósitos, não significa que aquele que ora seja passivo; ele é ativo na oração, ele de fato ora.

Corretamente afirmou Douglas F. Kelly: “ A oração libera bênçãos, muda vidas, constrói igrejas, vence o mal e traz reavivamento às comunidades e até mesmo às nações. O clamor de membros insignificantes da sociedade pode, realmente, ter um efeito transformador nessa sociedade.”¹⁹

Que a oração pode mudar os fatos, embora a mudança dos fatos não signifique mudança nos propósitos de Deus, fica claro através de um episódio ocorrido na vida de Ezequias:

“Naqueles dias Ezequias adoeceu duma enfermidade mortal; veio ter com ele o profeta Isaias, filho de Amoz, e lhe disse: Assim diz o Senhor: Põe em ordem a tua casa, porque morrerás e não viverás. Então virou Ezequias o rosto para a parede, e orou ao Senhor dizendo: Lembra-te, Senhor, peço-te, de que andei diante de ti com fidelidade, com inteireza de coração, e fiz o que era reto aos teus olhos; e chorou muitíssimo. Antes que Isaias, tivesse saído da parte central da cidade, veio a ele a palavra do Senhor dizendo: Volta, e dize a Ezequias, príncipe do meu povo: Assim diz o Senhor, o Deus de Davi, teu pai: Ouvi a tua oração, e vi as tuas lágrimas; eis que eu te curarei; ao terceiro dia subirás à casa do Senhor. Acrescentarei aos teus dias quinze anos, e das mãos do rei da Assíria te livrarei, a ti e esta cidade por amor de mim, e por amor de Davi, meu servo. Disse mais Isaias: Tomai uma pasta de figos; tomaram-na e a puseram sobre a úlcera; e ele recuperou a saúde.” (2 Reis 20.1-7)

Eis aí um texto bíblico dizendo claramente que um servo do Senhor orou e os fatos mudaram, embora certamente nenhuma mudança aconteceu nos eternos decretos de Deus. Tal mudança dos fatos, obviamente, já estava prevista e determinada pelos decretos eternos daquele que faz todas as coisas conforme o propósito de sua vontade. Da perspectiva dos eternos decretos de Deus, nenhuma mudança aconteceu. Mas da perspectiva do servo que orou uma mudança aconteceu; uma doença que inevitavelmente o levaria à morte, sem a intervenção de Deus, foi extirpada. “Assim, temos dois quadros para conservar em nossas mentes: o do soberano Deus e o do homem comum com genuíno poder, porque buscou a Deus em oração.”²⁰

¹⁹ Douglas F. Kalley, *Se Deus já sabe, Por que Orar?*, (São Paulo: Cultura Cristã, 1996), 64

²⁰ Idem, 62

CONCLUSÃO: A doutrina bíblica da Providência de fato não torna sem sentido a prática da oração, como à primeira vista possa parecer. Embora não possamos entender e explicar todos os mistérios envolvidos na questão, podemos dizer que a doutrina da providência se harmoniza perfeitamente com a prática da oração. A doutrina da Providência, na verdade é que dá sentido à prática da oração.

O Deus da providência está executando no tempo e no espaço o seu plano eterno, e as orações de seu povo é um dos meios através dos quais este plano é executado por Deus. Aqueles que oram são colaboradores do Deus da providência.

A prática coerente da oração de fato implica na crença em um Deus providente, que a tudo governa de maneira soberana e sábia. Quem ora está reconhecendo o governo de Deus no mundo e na história e a sabedoria deste Governante por um lado, e por outro lado está reconhecendo também a sua própria ignorância e dependência de Deus.

A crença em um Deus providente não é um estorvo à prática da oração, mas, pelo contrário, um estímulo à mesma.

BIBLIOGRAFIA

- Berkhof, Louis, “*Teologia Sistemática*”, Grand Rapids: TELL
- Calvino, Juan, “*Institución de la Religion Cristiana*”, Países Bajos: FELIRE, 1968
- Campos, Heber Carlos de, “*O Ser de Deus e os seus atributos*,” São Paulo, Cultura Cristã, 1999
- Confissão de Fé de Westminster-V-I
- Kalley, Douglas F, “*Se Deus já sabe, Por que Orar?*,” São Paulo: Cultura Cristã, 1996
- Hodge, A.A., “*Confissão de Fé Westminster comentada*”, São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999
- Lloyd-Jones, Martyn, “*Grandes Doutrinas Bíblicas*”, Vol. I, São Paulo: PES, 1997
- Pink, Arthur W., “*Deus é Soberano*”, Atibaia: Fiel, 1977
- Sproul, R.C., “*Boa Pergunta!*”, São Paulo, Cultura Cristã: 1999